

A Suspeição das Múltiplas Vozes pela Reterritorialização dos “Eus” Culturais

Jaqueline Rodrigues de Souza Raymundo
(jaquedrigues.art@gmail.com)
(<http://lattes.cnpq.br/5685558271452290>)

Imaginamos que o objeto de nosso desejo é uma criatura exposta à nossa frente e limitada por um corpo. Mas, para nossa desgraça, ele é a extensão a todos os pontos do espaço e do tempo que aquela criatura já ocupou e um dia ocupará. Se não estabelecermos contato com determinado local e determinada hora, aquele ser não nos pertence. Mas não podemos tocar todos os pontos. Um ser espalhado no tempo e no espaço é uma série de eventos que somos incapazes de iluminar. (Marcel Proust. *In: Proust*, p. 60-61).

Este estudo pretende abordar uma breve discussão relativa a algumas leituras sobre o **autor** e sua função, a partir de Michel Foucault, localizadas no contexto da **cultura da internet**. Considerando-se em que medida a relação da autoria com as múltiplas vozes constituídas pela “navegação” na rede, pode ser compreendida como possível território para reterritorialização de “eus” culturais. Estes, erigidos sob a formulação de crises, paradigmas, rupturas e relações, a partir das novas formas de relações e produção de conhecimento, estabelecidas no universo da internet.

Defini-se preliminarmente um olhar norteado pelo questionamento “do que é um autor”, na comunicação, *Qu’est-ce qu’un auteur?*, apresentada por Michel Foucault à *Société Française de Philosophie*, em 22 de fevereiro de 1969. A complexidade da discussão sobre o deslocamento da noção de autor, segundo Foucault, constitui o momento forte da individualização na história das idéias e do conhecimento. E é quando Foucault vai a Beckett para formular o ponto de partida de seu discurso, ao proferir a sentença: “Que importa quem fala, disse alguém, que importa quem fala”¹, que se constituem sujeitos e estes dão “vozes” aos discursos, a partir das várias formações discursivas, independentemente de seus sistemas de análise. Na longa caminhada da história ocidental, perscrutam-se os mistérios da existência, que é representada pelo que se define como vida, e manifestada no que se reconhece como “um ser”. É quando

1 Neste trabalho é utilizada a tradução portuguesa do registro “Qu’est-ce qu’un auteur”, in *Bulletin de La Société Française de Philosophie*, 63e année, nº 3. juillet-septembre 1969, PP. 73-95 (suivi d’une discussion: PP. 96 – 104)., na tradução de António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: VEJA, 1992.

emerge o pensamento filosófico na Grécia antiga, que o “homem” passa a ter “entendimento” da “alma” e conseqüentemente, estabelece a separação entre corpo (*soma*) e alma (*psiche*). E sob esta dissociação fundamenta-se a base da racionalidade ocidental, lida posteriormente em Descartes.

A partir daí, a história irá registrar pontos de vista de vários “pensadores” debruçados sobre as dualidades do “ser”, construindo e desconstruindo discursos múltiplos, atravessados pelas relações estabelecidas por tantos outros enunciados. Mas, não há espaço neste estudo nem a pretensão de se construir este debate. A perspectiva aqui adotada é a de traçar um olhar norteado pelo questionamento “do que é um autor”, onde, após discorrer sobre o percurso para chegar ali, Foucault introduz sua questão principal, quando afirma que é da questão do autor que ele gostaria de tratar. Ele diz então que a noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências. Ele argumenta que pelo menos naquela tarde não iria fazer uma análise histórico-sociológica da personagem do autor, mas iria debruçar-se tão só sobre a relação do texto com o autor, a maneira como o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos em aparência.

Então, ele diz que pede emprestada a Beckett a formulação para o tema de que gostaria de partir: ‘Que importa quem fala, disse alguém, que importa quem fala.’. E se o enunciado de Beckett pudesse ser formulado sob a sentença racional de uma equação, então poderia se chegar a uma possível decifração indecifrável.

Se,

A = “QUE IMPORTA QUEM FALA”

B = “DISSE ALGUÉM”

X = ENUNCIADO

Y = ENUNCIADOR

Então,

$X = A + B + A$

$Y = B$

$B = A$

$A = B$

e,

VOZES – MULTIPLICIDADE de, “EUS” CULTURAIS, nos

Tangenciando este debate paradoxal da possibilidade de “apagamento” do autor, faz-se a leitura da relação de “muitos para muitos” nesta virada de milênio. E é a partir desta nova configuração da sociedade, sob os paradigmas da internet, que as identidades flutuantes e indefinidas na realidade contemporânea traçam um jogo primoroso que cria e recria territórios inexplorados, traspassando fronteiras imaginárias.

Trata-se de considerar o pressuposto, onde, segundo aponta Carlos Irineu da Costa na apresentação da obra “O que é o Virtual?” (LEVY, 1996), “a internet (...) não pára de crescer em um ritmo vertiginoso, e incorporou ao nosso vocabulário uma palavra que, há poucos anos, fazia parte dos domínios da ficção científica: o **ciberespaço**, ou espaço virtual.” Ele diz ainda que se trata de uma revolução que provoca “uma alteração radical na forma de conceber o tempo, o espaço e mesmo os relacionamentos”.

E nesta encruzilhada de imprecisões, pode-se argumentar se há margem para respostas conclusivas, quanto à formação cultural e à sua produção; uma vez que as opiniões e análises se multiplicam numa proporção que não permite ainda às ciências, seja através da filosofia, da sociologia, da antropologia, da comunicação, da tecnologia, enfim, perfazerem movimentos sob perspectivas consensuais. Neste ponto vislumbra-se então, uma possibilidade de discussão com Manuel Castells, sobre o relacionamento das ações, idéias e crenças que os indivíduos participantes da internet estabeleceram, a ponto de “cultivarem” um novo tipo de “cultura”, que ele define como a “**cultura da internet**”.

Manuel Castells afirma que a **cultura da internet** é a cultura de seus criadores. Mas o que é cultura? Dentre as inúmeras possibilidades de leitura do tema, para nortear a discussão aqui, escolheu-se o conceito definido pelo próprio Castells:

Por cultura entendo um conjunto de valores e crenças que formam o comportamento; padrões repetitivos de comportamento geram costumes que são repetidos por instituições, bem como por organizações sociais informais. Cultura é diferente de ideologia, psicologia ou representações individuais. Embora explícita, a cultura é uma construção coletiva que transcende preferências individuais, ao mesmo tempo em que influencia

as práticas das pessoas no seu âmbito, neste caso os produtores/usuários da internet. (CASTELLS. 2003. p. 34)

Por inferência lê-se em Castells que os sistemas tecnológicos são socialmente produzidos e a produção social é estruturada culturalmente, onde a internet não é exceção. Sendo assim, a cultura dos produtores da internet moldou o meio, fazendo de seus produtores, seus primeiros usuários.

Em um universo onde, segundo Castells, a **cultura da internet** se daria na composição de quatro camadas – a cultura tecnomeritocrática, a cultura *hacker*, a cultura comunitária virtual e a cultura empresarial. De origens e características diversas que, juntas, contribuem para uma ideologia da liberdade, que é amplamente divulgada no mundo da internet. E é na articulação dessas quatro camadas da cultura propostas por Castells, que ele afirma que se produziu e moldou o que entende por **cultura da internet**:

No topo do construto cultural que levou à criação da Internet está a cultura [...] da excelência científica e tecnológica, que advém essencialmente da Big Science e do mundo acadêmico. [...]A cultura hacker [...], ao fortalecer os limites internos da comunidade dos tecnologicamente iniciados e torná-la independente dos poderes existentes, onde só hackers podem julgar hackers. Só a capacidade de criar tecnologia (a partir de qualquer contexto) e de compartilhá-la com a comunidade são valores respeitados. [...] A apropriação da capacidade de interconexão por redes sociais de todos os tipos levou à formação de comunidades on-line que reinventam a sociedade e, nesse processo, expandiram espetacularmente a interconexão de computadores, em seu alcance e em seus usos [...] no valor da liberdade, da comunicação horizontal e da interconexão interativa, mas usaram-na para a vida social [...]. A cultura empresarial orientada para o dinheiro partiu para a conquista do mundo e, nesse processo, fez da internet a espinha dorsal de nossas vidas. (CASTELLS. 2003. p. 53)

Cultura esta que põe em contato “eus” culturais múltiplos, que podem absorver elementos culturais uns dos outros, quando se denota a possibilidade do que Henry Jenkins define como “**cultura participativa**”. Mas, na contrapartida, está a argumentação de Canclini sobre a relação social, antes lida sob o paradigma de “incluídos” e “excluídos”, que foi deslocada para o modelo de “conectados” e “desconectados”. E é nesta profusão de sujeições, que se volta à discussão da questão da autoria, através das ações de um jogo de ponderações plurais.

Com a evolução do jogo, é introduzida uma forma emergente da **cultura participativa** defendida por Jenkins, composta em camadas de múltiplas vozes que

advém da polifonia dos “eus” culturais formados em um universo de sujeitos **interculturais**, montados, desmontados e remontados; porque, “hoje, imagina-se o que significa “ser” sujeitos não só a partir da cultura onde se nasce, mas também de uma enorme variedade de produtos simbólicos e modelos de comportamento. Podemos cruzá-los e combiná-los.” (GARCIA CANCLINI. 2007. p. 201). Jenkins afirma que a “expressão **cultura participativa** contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação”. E que, “em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados”, pode-se “agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras [...]” (JENKINS. 2008. p.28). Mas ele ressalta que nem todos os participantes são criados iguais. E, como debatido por Canclini:

A elaboração do tema sujeito oscilou entre um tratamento abstrato, destinado a discutir o caráter universal dos sujeitos (na filosofia e na psicanálise), e a análise empírica de modalidades particulares do ser sujeito numa cultura, classe ou nação (na história, na antropologia e na sociologia). A globalização, como ‘intensificação das dependências recíprocas’ entre as sociedades (Beck, 1999), modifica os modos anteriores de configurar sujeitos, as interações entre indivíduo e sociedade. Nas ciências sociais, dava-se por estabelecido que esta interação se estabelecia entre uma sociedade nacional e uma etnia, que conformavam sujeitos marcados por uma língua, por ‘estruturas de sentimentos’ de ampla duração (R. Williams), e por repostas com que indivíduos ou grupos podiam modificar partes dos condicionamentos. Esta paisagem transnacionalizou-se material e simbolicamente. As identidades dos sujeitos formam-se agora em processos interétnicos e internacionais, entre fluxos produzidos pelas tecnologias e as corporações multinacionais; intercâmbios financeiros globalizados, repertórios de imagens e informação criados para serem distribuídos a todo o planeta pelas indústrias culturais. (GARCIA CANCLINI. 2007. p. 200-201)

Mas se é evidenciada a possibilidade de interação, pode-se falar de uma distribuição no sentido contrário também, onde os “indivíduos” passam a ter seu “lugar” na criação e circulação de conhecimento. Contudo, como se trata de um jogo duplo, as jogadas possíveis estão sempre se manifestando e devem ser destacadas, como observa Jenkins, ao ponderar que as corporações – e mesmo indivíduos dentro das corporações da mídia – ainda exercem maior poder do que qualquer consumidor individual, ou mesmo

um conjunto de consumidores. E mais ainda, alguns consumidores têm mais habilidades para participar desta cultura do que outros.

A questão da habilidade não seria problema, uma vez que se tivesse acesso à capacitação. A gravidade estaria na falta de recursos básicos que impedem a participação de parte da população neste cenário. Canclini afirma que os diferentes e desiguais não perturbam mais, frente à relativa unificação globalizada dos mercados e uma prova disto seria o enfraquecimento e a substituição destes termos, por outros: incluídos e excluídos. E afirma que, o que significa o predomínio deste vocabulário é o entendimento da “sociedade, antes concebida em termos de estratos e níveis, ou distinguindo-se segundo identidades étnicas ou nacionais, agora é pensada com a metáfora da rede. Os incluídos são os que estão conectados; os outros são os excluídos [...]” (GARCIA CANCLINI. 2007. p. 92).

Na contrapartida, com o advento da internet e sua propagação para além das fronteiras do acesso, observa-se o desenvolvimento da participação cada vez mais ativa de grupos e comunidades de “excluídos”, como nas comunidades indígenas e nas comunidades das periferias, por exemplo (sem que se faça uma leitura horizontal sobre essas realidades). “Vozes” que se proliferam e manifestam seus “eus” culturais sob a forma de criação, através de sites como o *YouTube*, os sites de *Fan Fictions*, os sites de relacionamento, os jogos em rede e até, porque não, na participação colaborativa da *Wikipedia*. Como expõe Canclini, no México, segundo pesquisas realizadas em 2005 e 2006, a proporção dos homens que possuíam computador frente aos que o utilizavam, era de 32,2% para 74%.

Jenkins ressalta, porém que, na observação das suas próprias questões, há de se ater ao fato de que muitas das atividades, como propostas por ele na **cultura da convergência**, dependem de maior acesso à tecnologia. Assim como, de “maior familiaridade com os novos tipos de interação social que elas permitem e um domínio mais pleno que os consumidores desenvolveram em resposta à convergência das mídias.” Então, ele afirma que “enquanto o foco permanecer no acesso, a reforma permanecerá concentrada nas tecnologias [...]” e que, “assim que começarmos a falar em participação, a ênfase se deslocará para os protocolos e práticas culturais”. (JENKINS. 2008. p. 50).

Esse deslocamento requer situar a questão de “por quem” a cultura é produzida. Quanto ao avanço e a promessa de liberdade que a internet introduziu, na possibilidade da livre criação, “quem” foram as “vozes” pioneiras neste movimento? “Quem” seriam os “eus” culturais que agenciaram esta produção e a tornaram possível? Porém, sob um olhar mais pessimista, poder-se-ia jogar com Baudrillard e elucubrar sobre uma possível “contra revolução”, se aqueles que trouxeram de volta a liberdade, decidissem “cobrar seu preço”:

Mas com as linguagens virtuais já não se trata de uma patologia tradicional da forma, é uma patologia da fórmula, de uma linguagem votada a ordens operacionais simplificadas: cibernética. É então que a alteridade extorquida da linguagem se vinga, e que se instalam esses vírus endógenos de decomposição, contra os quais a razão lingüística já não pode nada. Votada ao seu agenciamento numérico, à repetição infinita da sua própria fórmula, a linguagem, do fundo do seu gênio maligno, vinga-se desprogramando-se por si própria, desinformando-se automaticamente. (A desprogramação da linguagem será obra da própria linguagem! O desregramento do sistema será obra do próprio sistema!) (BAUDRILLARD.1996. p.124)

Sejam quais forem as vozes nas múltiplas construções e desconstruções de “eus”, sobre esta indagação de uma nova produção cultural, faz-se necessário estabelecer um ponto de vista crítico, para além do universo de simulacros de Baudrillard, como argumenta Canclini, quando dialoga com Boltanski e Chiapello: “Se tudo, sem exceção, já não passa de construção, código, espetáculo ou simulacro, em qual posição de exterioridade poderia situar-se o crítico para denunciar uma ilusão que se confunde com a totalidade do existente?” (GARCIA CANCLINI. 2007. p. 203)

Assim, a discussão trazida neste debate está debruçada sobre a possibilidade de novas propostas de criação e produção cultural se constituírem enquanto territórios que permitam reterritorializações do ciberespaço. Segundo André Lemos, o ciberespaço cria linhas de fuga e desterritorializações, mas também reterritorializações, como formas de controle do fluxo de informações em meio ao espaço estriado que constitui o ciberespaço planetário. Ele diz ainda que as tecnologias da **cibercultura** são imbuídas de uma potência desterritorializante, mas ao mesmo tempo reterritorializante e “que o que está em jogo é a criação de novas possibilidades de sentido para o espaço das cidades

contemporâneas através das tecnologias móveis e do espaço eletrônico mundial, o ciberespaço. Compreender essa dinâmica é fundamental para uma visão mais profunda do complexo processo comunicacional contemporâneo”².

E seria então, na possibilidade de uma linguagem constituída por signos advindos da “linguagem do ciberespaço”, através de seus recursos, que poderia se considerar a formação de novos meios de distribuição cultural, híbridos; onde seus procedimentos fossem resultantes da intercessão e da justaposição de suspensões e significações múltiplas, desterritorializando-se e reterritorializando-se, a partir de novas perspectivas de mediação, em constante tensionamento com disposições de “realidades”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fundamentação desta discussão pautou-se na emergência de vozes e discursos (de MUITOS para MUITOS), que nas relações estabelecidas anteriormente pelas mídias de massa (de UM para MUITOS), não tinham a possibilidade de sua constituição enquanto sujeitos ativos na participação da formação cultural de circulação de conhecimento em larga escala.

Este processo deve-se ao fato de que a presença do homem não está mais restrita ao mundo “real”, territorializado no planeta Terra, nos países, nos estados, nas cidades, nos bairros, nas ruas, nas casas. Agora esta presença se espalha pelo território desterritorializado do ciberespaço. E nas multiplicidades de relações advindas daí, deste mundo “virtual”, são propostos novos territórios, em um movimento circular de desterritorializações e reterritorializações. Uma nova linguagem ou novas linguagens, configuradas e reconfiguradas, com identidades suspensas, para dar conta de um não lugar, onde não há sujeitos nem objetos, mas dimensões de, como diria McLuhan que essas “coisas” são partes de nós mesmos, nossas extensões.

Mas quando se fala de mudanças, todo cuidado é pouco. Como observado nos jogos propostos pelos autores na discussão deste trabalho, deve-se estar atento às propostas de substituição, de destruição e reconfiguração de práticas, tangenciadas pelas

2 Ciberespaço e Tecnologias Móveis. in Carnet de Notes, 02/12/2005, <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos>>

políticas de poder. Já que são os próprios usuários da internet que alimentam o sistema, que, como qualquer outro, não se sustenta sozinho. E é exatamente sob o fluxo operacional movente da internet, que está estruturada a nova economia.

Embora com a proclamação da “liberdade” neste novo cenário, na proposta de horizontalidade e deshierarquização, pode-se suspeitar de múltiplas camadas, que se conformam de acordo com as apropriações de recursos. Alguns otimistas afirmam que nada mais é sagrado, será? Como diz Agamben, que sempre há um resíduo de profanidade em tudo que é consagrado, assim como, há uma obra de sacralidade em todo objeto profanado. (AGAMBEN. 2007)

Mas, há de se atestar o fato de que, idenpendentemente das jogadas múltiplas dos poderes, hoje, como enfatiza Jenkins, florescem experiências que criam um novo contexto, onde os espectadores, pessoas comuns, individual e coletivamente, podem reformular e recontextualizar conteúdos das mídias de massa.

William Gibson, o precursor do ciberespaço, em artigo publicado na revista *Wired*, sob o título *God's Little Toys: confessions of a cut and paste artist*, se aproxima de Jenkins, ao afirmar que a cultura da internet não se incomoda mais em utilizar palavras como apropriação ou empréstimo para descrever suas atividades. Porque a audiência hoje não está mais escutando apenas, está participando.

Assim, as múltiplas vozes em suspeição, “talvez”, sejam submetidas a um movimento de reterritorialização de seus “eus” culturais, na confrontação direta consigo mesmas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. Profanações. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. O Crime Perfeito. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1996.

BECKETT, Samuel. Proust. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CASTELLS, Manuel. A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? Lisboa: VEJA, 1992.

GARCIA CANCLINI, Néstor. Diferentes, desiguais e desconectados: mapas de interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Editora ALEPH, 2008.

LE MOS, André. Ciberespaço e Tecnologias Móveis. IN: Carnet de Notes, 02/12/2005, <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos>>

LEVY, Pierre. O que é o Virtual? São Paulo: Editora 34, 1996.

SOBRE A AUTORA

Mestranda em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO – atuando principalmente nos seguintes temas: novas mídias, interface humano computador, teatro, tecnologia, arte, cultura, digital. Especialista em Artes Cênicas pela UNESA (2008), com ênfase em Teatro. Atriz DRT 38.096/RJ, Analista de Sistemas, possui graduação em Tecnólogo em Processamento de Dados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1993).